

Paulo Drumond
Braga*

Estrangeiros ao serviço da Inquisição portuguesa

* (Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa)

Estrangeiros ao serviço da Inquisição portuguesa

Alguns contributos

Por Paulo Drumond Braga

253

1. Foram vários os estrangeiros que, ao longo dos tempos, desempenharam funções de ordem diversa ao serviço da Inquisição portuguesa. Uma pesquisa pelos processos de habilitação para familiares, qualificadores e outros funcionários, bem como pelos livros de termos de posse, revelou a existência de dezassete familiares do Santo Ofício, quatro qualificadores e dois visitantes das naus estrangeiras. Para além destes, seis outros casos existem, em relação aos quais nada sabemos de concreto, sendo o mais provável que não tenham sido admitidos ao serviço do tribunal. O primeiro dado é de 1605 (trata-se da posse de um visitante das naus estrangeiras de Lisboa) e o último de 1816 (uma diligência para familiar)¹.

Os familiares eram leigos que faziam denúncias e efectuavam detenções em nome da Inquisição, para além de estarem presentes nos autos-da-fé e nas procissões da irmandade de São Pedro Mártir². Os qualificadores eram eclesiásticos, geralmente lentes de Teologia, que tinham por missão censurar e qualificar proposições, analisar obras destinadas a impressão, bem como textos oriundos de fora do reino e ainda verificar se as peças de arte com motivos piedosos estavam de acordo com os princípios impostos pelo Concílio de Trento³. Finalmente, os visitantes das naus estrangeiras eram igualmente eclesiásticos que procuravam, através do controle do conteúdo dos barcos que aportavam a Portugal, evitar a entrada de livros e imagens de cariz herético⁴.

Quanto a origens geográficas, temos nove Italianos (sete de Génova e um de Veneza)⁵, seis Franceses (dois de Nantes, um da Bretanha, um de Marselha, um de Chatillion e um de

¹ Como se sabe, as diligências para a habilitação dos servidores do Santo Ofício encontram-se inventariadas, na Torre do Tombo, apenas até à letra M, inclusive, razão pela qual os dados a que se teve acesso são muito limitados, servindo, contudo, como amostragem.

² Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, pp. 49-106 e bibliografia citada.

³ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 113-117 e bibliografia citada.

⁴ Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores* [...], pp. 119-127 e bibliografia citada.

⁵ Sobre Italianos em Portugal na época, vejam-se Fernando de Moraes do Rosário, *Genoveses na História de Portugal*, Lisboa, s.n., 1977; id., *Privilégios dos- Genoveses em Portugal*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura in Portogallo, 1983; António Pinto Ravara, "O marquês D. Pedro Francisco Ravara. Um genovês em Lisboa (1672-1717)", *Anais*, série *História*, vol. I, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 125-133; Paulo Drumond Braga, "Dois luso-genoveses na Inquisição de Lisboa no século XVII", *Revista de la Inquisición*, n.º 4, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1995, pp. 123-132; Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *A Restauração de Portugal vista de Veneza*, dissertação complementar de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1994; id., *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Fica desde já explícito que, nesta nota como nas seguintes, apenas serão indicados títulos bibliográficos que contenham referências aos séculos XVII e XVIII, tais são os que se tratam no presente estudo, desprezando-se, pois, a bibliografia sobre quatrocentos e quinhentos, como se sabe, manifestamente mais rica.

Saint-Malô⁶, cinco Espanhóis (um de Madrid, um de Toledo, um de Sevilha, um de Santiago de Compostela e um de Tui)⁷, três Ingleses (um deles de Londres)⁸, três Irlandeses⁹, dois Alemães (um de Hamburgo e outro de Brig, na Silésia)¹⁰ e um Flamengo (de Antuérpia)¹¹. Trata-se de uma distribuição que não corresponde de todo àquela que deveria ser a forma como os estrangeiros se espalhavam no Portugal moderno¹².

- ⁶ Sobre Franceses, *La Bretagne, le Portugal, le Brésil. Échanges et Rapports*, [s.l.], Université de Haute Bretagne, Université de Bretagne Occidentale, Université de Nantes, 1973; Jean-François Labourdette, *La Nation Française a Lisbonne de 1669 a 1790. Entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1988; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Franceses em Portugal nos séculos XVI e XVII. Elementos para o seu estudo", *Brigantia*, vol. XV, n.º 1, Bragança, Janeiro-Março de 1995, pp. 67-94.
- ⁷ Paradoxalmente, é sobre Espanhóis que estamos pior informados. Consultem-se, apenas a título de exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "As Ilhas Canárias e a Inquisição Portuguesa. Alguns contributos", in *História das Ilhas Atlânticas. Actas do IV Congresso Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, vol. II (*Arte, Comércio, Demografia, Literatura*), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1997, pp. 385-395; id., "Galegos em Portugal nos séculos XVI e XVII. Alguns contributos com base nos documentos inquisitoriais", *Estudos Regionais*, n.º 18, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1997, pp. 27-40.
- ⁸ Sobre Ingleses, A. D. Francis, *The Methuens and Portugal. 1691-1708*, Cambridge, Cambridge University Press, 1966; *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Faculdade de Letras, 1988; L. M. E. Shaw, *Trade, Inquisition and the English Nation in Portugal. 1650-1690*, Manchester, Carcanet Press, 1988; *Portugal e o Reino Unido. A Aliança Revisitada*, coorden. de Angela Delaforce, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- ⁹ Sobre Irlandeses, M. Gonçalves da Costa, *Fontes Inéditas Portuguesas para a História de Irlanda*, Braga, [s.n.], 1981.
- ¹⁰ Sobre Alemães, E. A. Strasen e Alfredo Gândara, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Lisboa, Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944; Hermann Kellenbenz, "Alemães em Portugal", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, [2ª ed.], vol. I, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 90; id., "Alemanha, Relações de Portugal com a", in *ibid.*, p. 92; A. H. de Oliveira Marques, "Graf zu Schaumburg-Lippe und sein Einfluss auf die portugiesische Freimaurerei", *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. 20, Munster, 1988-1992, pp. 177-179; Paulo Drumond Braga, "Alemães na Lisboa seiscentista. As conversões ao catolicismo" e Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Alemães na Inquisição portuguesa (séculos XVI e XVII)", comunicações apresentadas ao *V Encontro Luso-Alemão: Portugal, Índia e Alemanha / V Deutsch-Portugiesische Arbeitsgespräche: Portugal, Indien und Deutschland*, Köln (Alemanha), 1998 (actas no prelo).
- ¹¹ Sobre Flamengos, Eduardo Brazão, *Portugal e a Bélgica (de Filipe da Alsácia a Leopoldo I)*, Lisboa, Companhia dos Diamantes de Angola, 1969; *Flandres e Portugal na Confluência de duas Culturas*, dir. J. Everaert e E. Stols, Lisboa, INAPA, 1991; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Os estrangeiros e a Inquisição portuguesa: os súbditos dos Países Baixos", in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. I, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 455-487; John Everaert, "Sur le balcon de l'Atlantique: la 'nation flamande' à Lisbonne au XVIIIe siècle", *Handelingen van het Genootschap voor Geschiedenis*, vol. 132, n.º 1-2, Brugge, 1995, pp. 347-372; João José Alves Dias, *Craesbeeck. Uma Dinastia de Impressores em Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.
- ¹² Baseio-me na distribuição que, nos séculos XVI e XVII, foi possível detectar dos estrangeiros processados pela Inquisição portuguesa e que deve corresponder, grosso modo, à distribuição total de estrangeiros no Reino: em primeiro lugar, Espanhóis, seguidos de Franceses, súbditos dos Países Baixos - ou seja, Holandeses e Flamengos -, Italianos, Ingleses, Alemães, Irlandeses e outros (Informação fornecida por Isabel Drumond Braga, que se encontra a estudar o assunto em pormenor). Na segunda metade de

Dos 29 homens cujo nome chegou até nós, 24 residiam em Lisboa, três no Porto, um em Coimbra e um em Évora. Tal coincide, grosso modo, com a mais provável distribuição dos estrangeiros pelo território de Portugal, onde a cidade de Lisboa assume um peso incomparável, seguida do Porto¹³.

Sabe-se ainda que sete eram eclesiásticos e os restantes leigos. Dos primeiros, temos três capuchinhos franceses, um franciscano inglês da província dos Algarves, um oratoriano inglês e dois seculares, um inglês e outro irlandês. Dos capuchinhos franceses, um, Constantino de Nantes, era pregador, mestre de Teologia e lente de Filosofia no convento de Nossa Senhora da Porciúncula, sito em Lisboa¹⁴, outro, Francisco Pontable, escolhido para qualificador em 1703, era pregador e confessor do mesmo convento¹⁵ e um terceiro, Aleixo de Joselim, residia na mesma casa¹⁶. O franciscano, Frei Carlos da Madre de Deus, fora lente da prima de Teologia no convento de Évora, sendo-o, na altura da habilitação, no de Xabregas¹⁷. O oratoriano era, em 1731, professor de Filosofia e Teologia na casa do Porto¹⁸. O irlandês secular, Jacobo Archero, era reitor do colégio de São Patrício de Lisboa, criado em finais do século XVI com o objectivo de formar sacerdotes católicos irlandeses que depois partissem para a pátria¹⁹.

Dos leigos, socio-profissionalmente falando, existiam cinco homens de negócios, três mercadores (um deles era de lãs; de um outro, o inglês Samuel Palmer, dizia uma das testemunhas chamadas a depor, que aquele vivia "de sua mercanssia, com seus nauios de comercio

setecentos, e tendo por base as naturalizações, João Pedro Ferro apresenta o seguinte panorama: Espanhóis, Franceses, Italianos, Alemães, Malteses, Ingleses, Irlandeses e Holandeses. Cfr. João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Presença, 1995, p. 82.

³ Nunca é demais recordar a importância de Lisboa na época moderna. Cfr., apenas a título de exemplo, alguns dos estudos contidos em *O Livro de Lisboa*, coorden. de Irisalva Moita, Lisboa, Expo 98, Lisboa 94, Horizonte, 1994 e no *Dicionário da História de Portugal*, dir. Francisco Santana e Eduardo Santos, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994. Sobre o Porto, leia-se a *História da Cidade do Porto*, dir. de Luís A de Oliveira Ramos, 2ª ed., Porto, Porto Ed., 1995.

⁴ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Constantino, maço 2, doe. 20. Sobre o convento da Porciúncula, veja-se o artigo anónimo, "Barbadinhos (convento dos)", in *Dicionário de História de Lisboa* [...], p. 142. Sobre os capuchinhos estrangeiros em Portugal leiam-se, sobretudo, os estudos de Francisco Leite de Faria, nomeadamente "Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português", *Anais*, II série, vol. 27, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1981, pp. 159-180 e "Os capuchinhos bretões de Lisboa", *Revista Municipal*, 2ª série, ano XLVIII, n.º 19, Lisboa, 1º trimestre de 1987, pp. 33-40. Neste último refere os três homens que se habilitaram ao serviço da Inquisição.

⁵ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Francisco, maço 121, doe. 1815.

⁶ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Aleixo, maço 1, doe. 16.

⁷ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Gabriel, maço 4, doe. 57. Sobre o famoso convento de Xabregas, consulte-se João Pedro Monteiro, "Madre de Deus (Igreja e Convento de)", in *Dicionário de História de Lisboa* [...], pp. 555-557.

⁸ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Gabriel, maço 3, doe. 25. Sobre o convento oratoriano do Porto, leia-se Eugénio dos Santos, *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 98-111.

⁹ Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, liv. 104, ff. 125-125v. Sobre a casa em questão, veja-se Eduardo Sucena, "S. Patrício (Colégio de)", in *Dicionário de História de Lisboa* [...], p. 814.

que manda para o Brasil²⁰), um cavaleiro da Ordem de Cristo, um boticário (de quem se diz "tem a sua Botica muito bem sortida"²¹), um cirurgião, um ourives do ouro e um pintor.

2. Alguns destes estrangeiros deram também outras informações sobre a sua vida em Portugal, nomeadamente, há quantos anos haviam chegado e porquê e em que outros locais haviam vivido. O flamengo João Consuel disse, em 1609, que havia sido "desterrado da sua pátria pelos hereges por ser catholico"²². O franciscano irlandês Frei Carlos da Madre de Deus vivera em Évora e achava-se, em 1620, data em que pretendeu ser qualificador, no convento de Xabregas, em Lisboa²³. O alemão Diogo Simão, que apresentou a sua candidatura a familiar em 1642, vivia em Portugal há 34 anos e, concretamente, estava há 23 no Porto²⁴. Na mesma cidade se achava o inglês Samuel Palmer, desde cerca de 1664, tendo solicitado, vinte anos depois, para ser familiar do Santo Ofício²⁵.

Destes candidatos ao serviço da Inquisição, houve quem informasse o tribunal que se achava casado com portuguesa²⁶. De uma dessas mulheres se dá um curioso informe: Isabel da Ponte, lisboeta, matrimoniada com o genovês João Domingues da Ponte, "da o leyte ao Principe Nosso senhor"²⁷. O documento é de 1690 e refere-se ao herdeiro do trono, o futuro rei D. João V, que nascera em 1689²⁸. Outra das mulheres, se bem que portuguesa, era filha

²⁰ Sobre o interesse dos Ingleses pelo comércio brasileiro em seiscentos e, setecentos, leia-se Jacques Marcadé, "O quadro internacional e imperial", in *O Império Luso-Brasileiro. 1620-1750*, coorden. de Frédéric Mauro (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VII), Lisboa, Estampa, 1991, pp. 78-85.

²¹ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 101, doe. 1671.

²² Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 1, doe. 36. De facto, em 1581, foi proibida a prática pública do catolicismo em Antuérpia, por se suspeitar que todo o católico era simpatizante de Espanha. Se 45% dos habitantes da cidade eram então católicos, esse número baixou substancialmente, porque muitos preferiram emigrar ao longo dos anos 80. Cfr. Guido Marnef, "The changing face of calvinism in Antwerp, 1550-1585", in *Calvinism in Europe. 1540-1620*, dir. Andrew Pettegree, Alistair Duke e Gillian Lewis, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 157-158. Para um melhor enquadramento, consulte-se qualquer bom manual sobre a Reforma, por exemplo, Jean Delumeau, *Naissance et Affirmation de la Reforme*, 3ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1973, ou Euan Cameron, *The European Reformation*, Oxford, Clarendon, 1995. Leia-se ainda Georges-Henri Dumont, *Histoire de la Belgique*, nova ed., rev. e aumentada, Bruxelas, Le Cri, 1997, pp. 230-235.

²³ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Gabriel, maço 4, doe. 57.

²⁴ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Diogo, maço 2, doe. 83.

²⁵ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Samuel, maço 1, doe. 1. Este caso foi já parcialmente estudado por António Baião, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, vol. III (*Vária*), 3ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 180-188.

²⁶ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Diogo, maço 2, doe. 83; João, maço 25, doe. 595; João, maço 101, doe. 1671; João, maço 174, doe. 1544; João, maço 1, doe. 36; João, maço 3, doe. 122; João, maço 24, doe. 573.

²⁷ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 25, doe. 595.

²⁸ Sobre amas de membros da família real, existe o artigo de Sousa Viterbo, "Amas, amos e collaços de pes soas reaes e personagens iilustres", *Revista de Historia*, tomo II, Lisboa, 1913, pp. 95-102 e 174-181 (continuado no tomo III, 1914, pp. 52-67). Para um enquadramento de outro tipo, consulte-se Maria José Moutinho Santos, "A ama de leite na sociedade tradicional - uma leitura de folhetos de cordel", *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. IV, Porto, Universidade do Porto, 1987, pp. 213-225.

de um homem de Praga - alfaiate da rainha D. Maria Ana de Áustria - e neta materna de uma hamburguesa²⁹. Por seu lado, João Baptista dos Santos, candidato a familiar em 1816, nascera em Chatillion, França, sendo filho de mãe francesa e pai português³⁰.

Alguns deles eram ou haviam sido cônsules. Foi o caso do citado Diogo Simão, que residia no Porto há 23 anos, ali desempenhando as funções de cônsul dos Alemães e dos Flamengos³¹, bem como de Jacques Henriques, natural de Brig, Silésia, e que nos anos 40 de seiscentos foi cônsul das mesmas nações (ou apenas da alemã) no Porto, tendo-se tornado familiar do Santo Ofício em 1695³².

3. Tudo aquilo que pudesse pesar a favor do ingresso ao serviço da Inquisição era lembrado: o irlandês Frei Carlos da Madre de Deus recordou, em 1609, que um dos irmãos havia sido mártir do catolicismo³³. O capuchinho francês Constantino de Nantes sublinhava que poderia ser de grande utilidade para o Santo Ofício como qualificador, "por ser de Nação

²⁹ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Jerónimo, maço 7, doe. 126. Tendo casado com D. João V, em 1708, esta rainha foi responsável pela vinda para Portugal de numerosos Alemães, bem como pelo renovar do interesse por Portugal no Império. Sobre tudo isto, vejam-se Hermann Kellenbenz, "Alemães em Portugal", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 90; id., "Alemanha, Relações de Portugal com a", in *ibid.*, p. 92; Wido Hempel, "Sobre a imagem de Portugal na Alemanha durante a primeira metade do século XVIII", in *Homenagem a Joseph M. Piei por Ocasião do seu 85º Aniversário*, dir. Dieter Kremer, Tubingen, Max Niemeyer, 1988, pp. 713-727; João Pedro Ferro, "Influências germânicas em Portugal na segunda metade do século XVIII", in *Portugal no Século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, s.d. [Lisboa], Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1991, pp. 377-399 [existe versão em alemão deste trabalho: "Deutsche Einflüsse in Portugal in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts", *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, vol. 20, Munster, 1988-1992, pp. 156-176]; Alexandra Cristina Resende Pinho, *O Estado Português (d)escrito por três Alemães no início do século XVIII*, dissertação de Mestrado em Estudos Alemães apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1996.

³⁰ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 141, doe. 1544.

³¹ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Diogo, maço 2, doe. 51.

³² Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Jacques, maço 1, doe. 1. Sobre cônsules estrangeiros em Portugal, vejam-se Virginia Rau, "Notes regarding the british consuls in Lisbon of the 17th century", *The Historical Association. Lisboan Branch. Teenth Annual Report & Review*, Lisboa, 1946-1950, pp. 634-638; Maria Antonieta Soares de Azevedo, "Cônsules", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 169-172; id., "Cônsules franceses em Lisboa e nos Açores no século XVII. Notas e documentos", *Arquipélago*, série *Ciências Humanas*, n.º 1, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, Janeiro de 1979, pp. 229-242; Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. I, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1988, pp. 343-344; Jean-François Labourdette, *La Nation Française a Lisbonne de 1669 à 1790 [...]*, pp. 141-307; L. M. E. Shaw, *Trade, Inquisition and the English Nation in Portugal [...]*, pp. 66-81, 101-112 e 150-160; João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815) [...]*, p. 81.

³³ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Gabriel, maço 4, doe. 57. Deve tratar-se de uma das vítimas da grande revolta de 1594-1603 contra a dominação inglesa na Irlanda, sobre a qual se pode consultar Penry Williams, *The Later Tudors. England. 1547-1603*, (= *The New Oxford History of England*, vol. ?), Oxford, Clarendon Press, 1995, pp. 381-383; John O'Beirne Ranelagh, *A Short History of Ireland*, 2ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 52-53.

francez lhe pode fazer muitos seruiços assim na controuersia como em muitas outras cousas que dependem da Noticia da Lingoa Franceza"³⁴.

Alguns destes homens referiam, ao apresentarem as suas candidaturas, que pretendiam servir a irmandade de São Pedro Mártir. Foram os casos dos genoveses João Baptista Lavrosa (1634)³⁵ e César Thersi (1674)³⁶. Tratava-se de uma confraria que, em princípio, se destinava a abarcar todos os familiares da Inquisição. Prestava culto ao inquisidor italiano Pietro de Verona, assassinado por hereges em 1252. Os confrades acompanhavam os enterros dos irmãos, rezavam pelas suas almas, asseguravam a celebração das festas anuais, visitavam os presos da Inquisição, acompanhavam a publicação dos éditos da fé e estavam presentes nos autos-da-fé³⁷.

258

4. Alguns eram parentes de pessoas que já desempenhavam funções de familiares ou outros servidores do Santo Ofício e lembravam-no quando pediam idêntica mercê para si próprios. O francês João Francisco Pugete, provido em 1753, era irmão da mulher de um familiar³⁸ e o genovês João Tomás Thersi, empossado em 1687, era irmão de César Thersi, já familiar³⁹. Familiar era igualmente o sogro de João Baptista de Lagar, veneziano (1694)⁴⁰, bem como o bisavô paterno da mulher do inglês Samuel Palmer (1684)⁴¹. Mais complicados eram os casos de Jerónimo Quadrio, natural de Veneza (1736) e de Gregório Nunes, de Tui (1783): uma prima da sogra do primeiro era casada com um familiar⁴². E a irmã da mulher do galego estava para casar com um familiar⁴³. Por seu turno, o genovês Franco Andrea Carrega lembrou que tinha dois irmãos familiares da Inquisição de Cádiz (1637)⁴⁴.

Caso diferente foi o do hamburguês Diogo Simão que era ele próprio, há cerca de 30 anos, intérprete das visitas às naus estrangeiras realizadas pela Inquisição⁴⁵. Tratava-se de uma função com grande importância, pois havia que salvaguardar a possibilidade, muito comum, de o escrivão das visitas não conhecer os idiomas estrangeiros. Nesses casos, a comunicação era assegurada pelo intérprete, em regra um católico estrangeiro que residia em Portugal, ou então cônsul ou vice-cônsul das diversas "nações"⁴⁶.

³⁴ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Constantino, maço 2, doe. 20.

³⁵ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 3, doe. 122.

³⁶ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, César, maço 1, doe. 1.

³⁷ Paulo Drumond Braga, "Uma confraria da Inquisição: a irmandade de São Pedro Mártir (breves notas)", *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, pp. 449-458

³⁸ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 101, doe. 1671.

³⁹ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 19, doe. 488.

⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 24, doe. 573.

⁴¹ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Samuel, maço 1, doe. 1.

⁴² Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Jerónimo, maço 7, doe. 126.

⁴³ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Gregório, maço 5, doe. 73.

⁴⁴ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Francisco, maço 4, doe. 192.

⁴⁵ Lisboa, A.N.T.T., Habilitações do Santo Ofício, Diogo, maço 2, doe. 51.

⁴⁶ Paulo Drumond Braga, *A inquisição nos Açores* [...], p. 123.

5. Os impedimentos para o exercício destas funções existiram, nalguns casos. Sobre o flamengo João Consuel, pode ler-se no processo de habilitação, datado de 1609, que havia já estado preso no Limoeiro por um caso relativo à venda de lãs em Portugal. Para além disso, era "muito afeiçoado a uinho" e que "bem parecia estrangeiro no beber"⁴⁷. Do toledano Diogo de Salazar disseram algumas testemunhas, tiradas em Castela, em 1622, que era descendente de um judeu da cidade, enquanto que outra referiu ser o mesmo "de casta de moriscos"⁴⁸.

Noutros, os possíveis entraves não pesaram na decisão final: do inglês Samuel Palmer averiguou-se, em 1684-1686, que os pais e irmão eram anglicanos, sendo de admitir que os avós o tivessem sido igualmente⁴⁹. Por seu lado, o genovês João Tomás Thersi, casado, confessou ser pai de dois filhos bastardos, cuja mãe era filha de um inglês católico morador em Lisboa (1687)⁵⁰. O capuchinho francês Aleixo de Joselin lembrava que, não sendo lente de Teologia, podia, mau grado isso, tornar-se qualificador do Santo Ofício, uma vez que na sua ordem fora "por trez vezes examinador de estudantes na Theologia pêra se formarem pregadores e por auer exemplos de alguns actualmente calificadores que também não forão lentes"⁵¹.

6. Vivendo em Portugal há maior ou menor número de anos, os estrangeiros que se pretendiam fixar buscavam uma integração, quanto possível total, na sociedade de acolhimento⁵². Nesse processo surgia, ainda que, obviamente, só para uma minoria, o serviço da Inquisição, altamente apetecido pelos benefícios que trazia, mormente a nível de prestígio social.

⁴⁷ Lisboa, A. N. T. T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 1, doe. 36. Essa ideia de que os estrangeiros se embebedavam facilmente, talvez não estivesse muito longe da verdade. De facto, um outro flamengo declarou à Inquisição que "quando aly chegou [a Setúbal] se tomou do vinho de modo que oito dias andou sem carapuça pella villa desatinado e neste tempo diria alguas cousas sem saber o que dizia mas que nam he lembrado disso" (Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Os estrangeiros e a Inquisição portuguesa: os súbditos dos Países Baixos (séculos XVI-XVII)", in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão [...]*, vol. I, p. 471).

⁴⁸ Lisboa, A. N. T. T., Habilitações do Santo Ofício, Diogo, maço 2, doe. 51. Sobre os cristãos-novos de judeus e de mouros em Toledo, veja-se Jean-Pierre Dedieu, *L' Administration de la Foi. U Inquisition de Tolède (XVI^e-XVIII^e Siècle)*, Madrid, Casa de Velázquez, 1989, pp. 253-255, passim. Este documento mostra-nos claramente que a Inquisição, ao fazer as diligências sobre o perfil destes estrangeiros, contou por vezes com a colaboração das suas congéneres espanholas, concretamente, a Inquisição de Toledo e a de Santiago de Compostela. Era um procedimento comum, nestes casos como nos das perseguição a fugitivos. Cfr. Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga, *Península ibérica: um Espaço, dois Reinos (Interrelações na Época de Carlos V)*, dissertação de doutoramento em História Económica e Social apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1996, pp. 595-600.

⁴⁹ Lisboa, A. N. T. T., Habilitações do Santo Ofício, Samuel, maço 1, doe. 1.

⁵⁰ Lisboa, A. N. T. T., Habilitações do Santo Ofício, João, maço 19, doe. 488.

⁵¹ Lisboa, A. N. T. T., Habilitações do Santo Ofício, Aleixo, maço 1, doe. 16.

⁵² No caso dos que não eram católicos, tal passava, de certa forma, pela conversão, a chamada "redução". Cfr. Paulo Drumond Braga, *A Inquisição nos Açores [...]*, pp. 129-137; id., "Alemães na Lisboa seiscentista. As conversões ao catolicismo", comunicação apresentada a *V Deutsch-Portugiesische Arbeitsgespräche: Portugal, Indien und Deutschland / V Encontro Luso-Alemão: Portugal, Índia, e Alemanha*, Köln, Outubro de 1998 [actas no prelo].

Os não-portugueses que vemos, em seiscentos e setecentos, solicitar a sua aceitação como familiares, qualificadores e visitadores das naus estrangeiras, eram indivíduos já altamente integrados na sociedade de acolhimento. De facto, entre eclesiásticos (necessariamente vocacionados para duas das vertentes desse serviço, a de qualificadores e a de visitadores das naus estrangeiras) e mercadores, um cavaleiro da Ordem de Cristo e um boticário, um cirurgião e um pintor, parece tratar-se de gente de algum nível sócio-económico. Para mais, um deles, precisamente o portador do hábito de Cristo, tivera, necessariamente, de passar já por um processo semelhante a nível de inquirição de sangue e costumes⁵³. A entrada para o serviço do poderoso e temido tribunal parecia apenas completar, coroando, o aludido processo de integração.

⁵³ Fernanda Olival, *Para uma Análise Sociológica das Ordens Militares em Portugal no Antigo Regime (1581–1621)*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar mimeografado, 2 vols., Lisboa, 1988.